



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 25ª
(VIGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 5 DE ABRIL DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, houve uma reunião de Líderes ainda há pouco, na qual ficou acordado que, assim que houvesse *quorum*, Deputado Chico, nós Líderes que estivéssemos presentes abriríamos mão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

de falar nos Comunicados de Líderes, entraríamos nos Comunicados de Parlamentares, os Parlamentares que quisessem falar poderiam falar. Em seguida, entraríamos em votação.

Há um PELO, um projeto de mudança da Lei Orgânica, e três projetos de créditos que incluem emendas dos Deputados, realocação dos valores das emendas. São cento e sessenta e poucas emendas dos Parlamentares. E nós já estamos no mês de abril, Deputado Rodrigo Delmasso, é preciso que o Governador, que ontem fez o compromisso, comece a liberar as emendas até o final desse mês.

Então, é de suma importância que nós, Deputados, possamos votar hoje esses três projetos de créditos. Bem como os projetos dos Deputados que já estão concluídos nas comissões e prontos para serem votados aqui em plenário.

Outro tema que eu gostaria de abordar, já que ainda não temos o *quorum* para deliberar, porque precisamos de treze Deputados em plenário para começarmos a Ordem do Dia, é o aspecto de já ter sido aprovada e até sancionada, faltando apenas a sua regulamentação, a lei que trata de multa às pessoas que jogam lixo nas ruas.

Desde 2012 há uma lei aprovada, de minha autoria, que ficou de ser regulamentada. E hoje eu vi uma matéria onde dizia que o governo quer fazer uma nova regulamentação.

Gente, em todas as capitais do mundo, inclusive na maioria das capitais brasileiras já há essa regulamentação. Se você jogar um papel de balinha ou jogar um sofá na rua, de acordo com o volume, já tem uma tabela de multas. Mas estranhamente nós não conseguimos colocar isso em Brasília, algo que puna quem joga lixo nas ruas. Porque nós sabemos que o lixo, além de trazer ratos e mosquitos, que trazem essas doenças todas, cria uma infecção muito grande nas finanças do governo. Pois nós gastamos milhões com essas empresas prestadoras de serviços para elas retirarem os lixos das ruas. Só existe uma justificativa. Eu tenho feito essa pergunta ao governo. Só se o lobby dessas empresas que ganham tanto dinheiro que quanto mais lixo jogarem, melhor para elas, justifica o fato de termos uma lei aprovada, onde simplesmente só precisa copiar o que faz o Rio de Janeiro, Nova Iorque, Curitiba, Tokio, qualquer capital do mundo e dizer: olhe, está aqui. A partir de agora quem jogar lixo nas ruas, de acordo com o volume, vai ser punido através de multas.

Mas os governos, tanto o anterior, com que falei várias vezes, o Governador Agnelo, como o atual, não soltam esse documento, Deputada Liliane Roriz, para que nós possamos reduzir as despesas do governo e evitar que os sujeitos dessa cidade, que todos os dias jogam lixo, trazendo ratos e mosquitos que criam todas essas doenças que estamos assistindo, realmente sejam extirpados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero parabenizar V.Exa. quando aborda essa situação em relação à gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal. Infelizmente nós deveríamos ser um exemplo para a nação, mas que na realidade estamos no pé da implantação da política nacional de resíduos sólidos.

Eu queria somente deixar registrado que a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa abriram duas ações de fiscalização justamente para apurar e verificar o que V.Exa. colocou aqui que é a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal.

A atual gestão do SLU tem dado um apoio a essa fiscalização de uma forma espetacular. Até porque a diretora geral do SLU tem total interesse em implantar, de fato, o que está estabelecido no Plano Nacional de Resíduos Sólidos e transformar Brasília em um exemplo nacional de como se tratar os resíduos sólidos em uma capital.

Como V.Exa. muito bem disse, o Rio de Janeiro faz isso muito bem feito. Outras capitais do país já implantaram e inauguraram, na realidade, a implantação do plano nacional de resíduos sólidos.

Quero dizer para V.Exa. que esta Casa também tomou providências abrindo tanto a questão da fiscalização no que se refere ao dano ambiental pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo como também pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle no que se refere à gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal.

Quero parabenizar mais uma vez V.Exa. pela abordagem do tema, pela preocupação que tem levado. Tenho certeza de que Brasília tem condições de ser um exemplo para esta Nação de como gerir os seus recursos sólidos, ainda mais, não só gerir, mas fazer com que os resíduos sólidos no Distrito Federal empregue principalmente os catadores que trabalham no lixão hoje de uma forma horrível. Não dá para aceitar a forma como os catadores trabalham hoje no lixão. Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Rodrigo Delmasso e o incorporo ao meu pronunciamento. Quero dizer que V.Exa., como Presidente da Comissão de Fiscalização, tem esse papel. Nós precisamos... Não tem como... É vergonhoso para Brasília, a Capital do Brasil, ser considerada uma capital onde se tem mais lixo jogado nas ruas, onde doenças como dengue, zica e tantas outras estão mais presentes do que em capitais consideradas com menos recursos em todo o nosso território nacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Portanto eu quero a contribuição de todos os colegas no sentido... Porque existem leis, existem leis federais, existem leis aqui, lei de minha autoria, só falta o Governador fazer um decreto regulamentando e cobrando de quem joga lixo na rua.

A partir do momento em que começar a multar, ter sanção, ir direto no bolso, o sujeito começa a respeitar. O que nós vemos, Deputada Luzia de Paula – V.Exa. é lá da Ceilândia, a gente está constantemente vendo matéria na televisão –, é o administrador ir lá e tirar o lixo, no outro dia, o sujeito bota tudo novamente. Então a educação só se dará com a punição, nesse caso. Era o que eu tinha falar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de dar as boas-vindas aos alunos de Direito da Faculdade Projeção que vieram aqui nos acompanhar nesta sessão. Boa tarde. Sejam muito bem-vindos.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Bispo Renato Andrade .

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, colegas, visitantes que hoje vêm à Câmara Legislativa do Distrito Federal, mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa para chamar a atenção para um tema que vem ganhando, a cada dia que passa, mais visibilidade da mídia local.

Refiro-me à iniciativa do Governador Rodrigo Rollemberg de terceirizar a gestão das unidades da rede pública de saúde do Distrito Federal para a iniciativa privada, mais precisamente para as entidades privadas que se qualifiquem como Organizações Sociais – OS.

Sinceramente acho que vou parar de cobrar ações por parte do Governador Rodrigo Rollemberg. Já me convenci de que o Governador Rodrigo Rollemberg, apesar de ser uma boa pessoa, foi excelente Parlamentar, não estava preparado para o cargo de Governador.

Estou plenamente convicto de que toda ação que ele toma se torna igual a sua omissão. A bem da verdade, a única solução que me parece razoável para o Distrito Federal é a mesma que está acontecendo a nível nacional, ou seja, apagar o Governador Rodrigo Rollemberg do cargo de Governador, já que, passa-se o tempo, e nada se melhora no Distrito Federal.

O Governador Rollemberg, façamos justiça, é uma daquelas pessoas que bem representam a máxima de que "sonhar grande e sonhar pequeno dá o mesmo trabalho".

O Governador sonha grande, sempre tem uma ideia mirabolante. O problema é que o Governador apenas sonha, ele se esquece de que entre o sonho e a realidade existe uma distância muito grande. E, quando se administra um Estado do porte do Distrito Federal, essa distância aumenta consideravelmente, em razão, sobretudo, da imensa responsabilidade s/Célia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

em razão, sobretudo, da imensa responsabilidade de lidar com o que não é nosso, mas sim dos outros: ou seja, o patrimônio público.

A proposta atualmente de terceirizar a gestão das unidades de saúde do Distrito Federal para entidades privadas parece mais um devaneio que certamente não alcançará os resultados pretendidos.

Em primeiro lugar, o modelo proposto já foi implementado, no passado, aqui no Distrito Federal lá em Hospital de Santa Maria, o GDF transferiu a totalidade da administração e execução das atividades daquela unidade hospitalar à iniciativa privada. Afora os problemas judiciais que ainda acontecem, durante a prestação dos serviços, o GDF foi duramente criticado pela péssima qualidade dos serviços prestados.

Talvez o que tenha inspirado o Governador Rodrigo Rollemberg seja a experiência de outros estados, como Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, que adotaram o modelo de gestão de unidades públicas de saúde para as OSs. Entretanto, para ficarmos apenas no estado de Goiás, matéria do Correio Braziliense nos dá conta de que "Goiânia terceirizou os quatro maiores hospitais da cidade. Apenas um apresentou melhora nos indicadores de qualidade".

Outro ponto que me intriga é que, comumente, nas parcerias com OSs, o poder público incumbe-se de custear os medicamentos, os insumos e os equipamentos, ao passo que as entidades se encarregam da gestão de recursos humanos, da manutenção dos prédios e das inovações. Ora, se o Poder Executivo distrital continuar adotando sua irresponsável e criminosa prática de não fornecer os medicamentos e insumos básicos como, por exemplo, gaze e luvas cirúrgicas, como é que as OSs prestarão o serviço?

Um outro detalhe, senhores, que me preocupa é o fato de as OSs não necessitarem se submeter aos ditames da Lei de Licitações em suas contratações. A experiência recente - que o diga a Petrobrás - tem nos demonstrado que a dispensa do regramento licitatório pode ser extremamente prejudicial à população.

Também vale mencionar, aqui, que as OSs não precisam fazer concurso público para a contratação de pessoal, o que pode dar margem a favorecimentos indevidos com o uso de verbas públicas, isto é, com o dinheiro suado de nós, cidadãos.

Em entrevista ao Correio Braziliense, Grazielle Custódio, diretora nacional do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, defende que o modelo proposto pelo governador Rollemberg "não tem nada de novo e já foi usado em vários estados brasileiros. O histórico nos faz concluir que a maioria das cidades apresentaram reflexos negativos no atendimento. Poucos indicadores de qualidade melhoraram nos locais onde essa gestão foi implantada". Em termos de economicidade, a especialista alerta que "com base nas cidades onde foi implantado, em média, os governos passaram a gastar três vezes mais e sem o retorno esperado. Os contratos, com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

tempo, exigiram ajustes que pesaram nos cofres públicos". E, por fim, a diretora do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, rechaçando por completo a desastrosa proposta do Governo do Distrito Federal adverte que "essa alternativa não é eficiente. É um dilema que outras cidades passaram e, só depois, perceberam o quão importante é a valorização dos serviços públicos. O calcanhar de aquiles da saúde do Distrito Federal é a atenção primária, que não opera bem. Cerca de 70% dos problemas são resolvidos ali. Quando o programa Saúde da Família funcionava, a saúde pública era melhor".

Tudo isso, encerro, Sra. Presidente, leva-me a concluir que a lamentável intenção do Governador Rodrigo Rollemberg de terceirizar a gestão das unidades de saúde da rede pública do Distrito Federal não deve sair da esfera dos seus sonhos, pois, se implementada, será um desastre para a população já sofrida do Distrito Federal. Era o que eu tinha a dizer.

Eu gostaria de fazer um pedido a V.Exa., já estava protocolado nesta Casa, um pedido de abertura de CPI da saúde por parte do Deputado Lira e hoje, Sra. Presidente, foi protocolado mais um pedido da abertura da CPI da Saúde e eu faria esse pedido a V.Exa. que pudesse fazer a leitura desses pedidos de abertura de CPI e que deixasse o Plenário decidir o que é melhor. Tenho certeza de que a população do Distrito Federal vai agradecer e tenho certeza de que o governo, que diz lutar pela transparência, quer também a investigação. Que ela seja aprofundada na rede de saúde pública do Distrito Federal, Líder do Governo, querido amigo Deputado Julio Cesar.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade.

Vou ser um pouco mais dura no cumprimento do tempo a que cada Deputado tem direito nos Comunicados de Líderes. A gente tem tido uma certa tolerância pela relevância do tema, mas farei esse controle para que todos os Deputados tenham oportunidade de falar. Depois entraremos logo nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, comunidade presente, estudantes, servidores, gostaria de trazer aqui dois assuntos.

O primeiro deles se refere à reunião que realizamos na área rural de Brazlândia na última sexta-feira em que discutimos com a comunidade do Picagem a canalização de água vinda de regiões próximas a Brazlândia que são extremamente afetadas. A disponibilidade de água para os agricultores que em 1973 criaram essa canalização tem sido reduzida, além de uma redução no volume de água do Descoberto, responsável pelo abastecimento de 65% do Distrito Federal, de diversas regiões da nossa cidade.

Gostaria de chamar a atenção das autoridades especificamente, e aí é bom se dar conta de que a Agefis lançou recentemente um programa bastante relevante, para as nascentes do Rodeador, para o comprometimento de suas nascentes, e conseqüentemente para o abastecimento da nossa cidade. O debate chegou até nós quando fomos tratar, a convite da comunidade, especificamente de um problema localizado ali no Picagem, que tem uma associação presidida pelos próprios agricultores, em torno de 192 agricultores. Com essa população, o abastecimento de água vem sendo comprometido sobretudo no período da seca.

E qual é a razão disso? É apenas a evasão da água do canal? Não, é pior do que isso, é o comprometimento das nascentes do Rodeador, que, uma vez afetadas, afetam todo o Descoberto e o abastecimento de água na cidade. Quero pedir a atenção da Adasa, a atenção da Agefis, a atenção da Caesb, a atenção do Ibram, particularmente do Ibram, porque são instituições que têm o papel de preservar esse abastecimento, o futuro da água na nossa cidade.

A segunda questão, Sra. Presidenta, que gostaria de trazer nesta tarde refere-se à audiência pública que teremos à noite sobre as comunidades terapêuticas que trabalham com dependentes químicos. Eles utilizam essas comunidades para tentar superar as suas dificuldades, seja de saúde pessoal, seja de saúde coletiva. Eu quero chamar a atenção, Sra. Presidenta, porque o fundo destinado ao combate de drogas no Distrito Federal, que era de mais de 800 mil reais, foi contingenciado em cerca de dois terços, ficando tão somente um montante de 240 mil reais, montante esse insuficiente para atender o apoio que esse fundo oferece às entidades através do financiamento de leito.

Eu quero chamar a atenção do governo porque, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que tem trabalhado nessa questão das finanças sabe que determinadas economias não são economias, são prejuízos, foi o que aconteceu, Deputado Prof. Reginaldo Veras, com os preços dos restaurantes comunitários. O que ocorreu? Com a redução em função do aumento drástico em torno de 300% do tíquete de refeição nos restaurantes comunitários houve uma queda drástica de consumidor e o mais grave, Deputado Agaciel Maia, é que houve simultaneamente um crescimento do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

consumo e do recebimento da cesta de alimentos financiado pelo governo que sai mais caro, que saí mais caro, Deputada Celina Leão, e isso de acordo com o Secretário Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Para concluir, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, eu quero parabenizar V.Exa. por trazer esse assunto e quero também dar uma informação, aproveitando o pronunciamento de V.Exa. a Deputada Liliane Roriz, nós estivemos numa reunião com o Governador e houve a predisposição do Governo que estava exatamente para receber esse estudo da Secretaria que o Deputado Joe Valle preside que já a premissa inicial de reduzir para um real novamente o valor das refeições para quem está inscritos em programas sociais, e dois reais para quem não está.

Mas, mesmo assim, a Deputada Liliane Roriz insistiu com o Governador de que era necessário, houve a alegação de que parte do comercio, ao invés de fornecer o auxílio alimentação, está fornecendo o pagamento para que os comerciários se alimentem nesses centros comunitários. Mas, já há o compromisso firmado, eu sou testemunha da Deputada Liliane Roriz e o Governador, para reduzir para um real novamente a todos os que estão inscritos nos programas sociais.

Essa é a informação que eu quero corroborar ao pronunciamento de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O Deputado Joe Valle, o nosso secretário, realmente alertou-me de que o Governo pretende rever. Eu sou daqueles que sei reconhecer e parabenizar, Deputado Lira, porque quando o governo identifica o equívoco e volta atrás, eu não vejo nada de impopular. Muito pelo contrário, é autocrítica que ajuda a aperfeiçoar a gestão e parabenizo. Agora, tem que acontecer. E eu espero, Deputado Agaciel Maia, que, na redução dos recursos do Fundo de Combate às Drogas, o governo possa recompor o orçamento previsto que é da casa dos 850 mil reais. Um recurso inexpressivo para as contas do Distrito Federal e, agora, eu quero publicamente agradecer a disposição do Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, que nos disse que, até o final da tarde de hoje, pretende ter uma resposta para que possamos apresentar aqui na audiência pública que teremos logo mais à noite com todas as entidades. Foi instado, inclusive, Deputada Celina Leão, pelas entidades para realizar alí no nosso auditório em função do grande número de comunidades que estarão presentes.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Bom, já que estou aqui, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, eu, na semana passada, protocolei, cerca de 15 dias, um pedido de CPI para investigar a Saúde, no entanto, eu pedi para que desse uma olhada no documento para saber se era aquilo mesmo que tinha que ser, para não correr o risco de, depois, ser interpelado juridicamente.

Eu quero deixar bem claro que essa CPI tem por objetivo investigar indício de irregularidades na Saúde e não para atacar este ou aquele governo. s/Barcellos. atacar esse ou aquele governo, e muito menos fazer dessa CPI um palanque político. Apenas investigar.

E aí eu peço a V.Exa., já que tem outro requerimento para ser lido, que seja lido o meu primeiro, já que foi protocolado antes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que seja incluído na Ordem do Dia, o que poderia ter sido feito pelo Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, ou por mim na condição de líder do Maioria, e para facilitar para a Mesa, porque alguns Deputados querem apresentar em plenário emendas fazendo a realocação de suas emendas.

Portanto, peço a V.Exa. que coloque na pauta da sessão ordinária os seguintes itens:

- Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 995, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

- Projeto de Lei nº 996, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$3.495.291,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e um reais);

- Por último, o item nº 3, que trata da discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1027, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$7.810.188,00 (sete milhões, oitocentos e dez mil, cento e oitenta e oito reais).

V.Exa., acolhendo a solicitação, abre aos Deputados que não tiveram oportunidade de apresentar emendas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de assim fazerem agora em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Incluo os itens extrapauta. Já está aberto o prazo para as emendas parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Lira acabou de pedir a leitura do requerimento de abertura da CPI, mas foi protocolado também na tarde de hoje, por vários Deputados, outro pedido de investigação na CPI. Que também, da mesma forma, sem prejuízo daquele que o Deputado Lira apresentou, seja lido nesta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que seja feita a leitura de uma PELO que protocolei agora.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Vai ser lida.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria aproveitar o momento em que o Deputado Lira veio até o microfone e falou a respeito dessa questão da CPI.

Realmente, nós temos que ter muito cuidado nesse momento em que nós estamos querendo, de uma forma, vamos dizer, impositiva, que seja lida essa ou aquela outra CPI.

E deixar clara a forma como o Deputado Lira na semana foi cobrado, de uma forma muito dura, uma vez que o Deputado Lira – e S.Exa. não escondeu isso de ninguém – disse que retirou a CPI que ele colocou para ser instaurada, a CPI da Saúde, justamente para fazer alguns aditivos, algumas emendas, algumas colocações, até porque, realmente, o foco dessa CPI não pode ser um palanque político.

Então, temos que ter muito cuidado em relação a qualquer tipo de CPI que é instalada nesta Casa, porque não podemos deixar de lembrar que já estamos vivendo uma CPI que já está aí sendo dirigida de uma forma muito brilhante pelo Deputado Bispo Renato Andrade e pelos Deputados que ali estão. Mas a gente vê há quanto tempo essa CPI já está em curso. Já era para ter sido finalizada, mas, novamente, ela foi prorrogada.

Eu fico muito preocupado com a instalação dessa CPI nesse momento. E, caso os requerimentos venham a ser lidos nesta tarde, o do Deputado Lira tem que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

ser lido em primeiro lugar, até porque ele o protocolizou primeiro, e após, a outra CPI.

Agora, quero deixar muito claro quais são os objetivos dessa CPI, porque a dos Transportes, no meu entendimento, já deveríamos estar com ela concluída, com os relatórios finais, porque não podemos também ter uma CPI e ficarmos aqui demorando para termos o resultado final. A gente tem de cobrar logo. Se vai instalar a CPI, que se instale e realmente que a gente possa apurar os culpados e haja um relatório. Fica aqui a minha solicitação para que o Deputado Bispo Renato Andrade, Presidente da CPI, até nos dê uma posição de como está, parece que foi prorrogado. Será que realmente em abril, que é o novo prazo, será entregue esse relatório ou novamente a gente terá essa CPI prorrogada? E por mais quantas vezes nós vamos prorrogar? O que queremos é que se apurem os culpados e, realmente, haja o relatório e sejam punidos os quem deram causas a determinados problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Julio Cesar.

Eu quero aproveitar a oportunidade aqui para saudar os alunos do curso de Direito do Projeção. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa. Hoje, vocês estão tendo a oportunidade de acompanhar conosco esse debate no Parlamento. Sejam muito bem-vindos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, duas coisas muito rapidamente. Uma, solicitar, não sei se já está incluído, a votação, em segundo turno, da PELO nº 28, que eu acho extremamente importante para a sociedade de Brasília; aproveito e parabeno V.Exa. pela iniciativa. A segunda, e aí respeitando o posicionamento do nosso Líder de Governo, Deputado Julio Cesar, mas até tomando como base a bem-sucedida CPI dos Transportes, eu acho que mais do que nunca nós também temos de dar outro bom exemplo com a CPI da saúde, até porque ela foi aqui pelo próprio Líder de Governo já algumas vezes sugerida.

Essa é a grande oportunidade. Eu acho que o Deputado Lira foi extremamente feliz, porque uma investigação não tem como o objetivo apontar esse ou aquele culpado, mas os fatos que precisam, sim, serem devidamente apurados. E aí, sim, se eventualmente alguém tiver culpa ou dolo em algum fato grave, que responda. Agora, é óbvio ser necessário que o Estado, na crise, no caos em que a saúde pública do Distrito Federal se encontra, precisa dar uma resposta à sociedade. É obrigação desta Casa investigar.

Então, mais do que nunca, esta Casa tem a oportunidade de instalar a CPI, já que a CPI dos Transportes está quase no fim, é importante que esta Casa instale a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

CPI da saúde e que a gente possa desde agora começar a investigar, dar uma resposta à sociedade e melhorar o caos da saúde pública.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente. Eu gostaria de fazer algumas observações com relação à CPI da saúde. A gente não pode fugir de uma ilegalidade. A CPI dos Transportes, quando foi criada, teve um escopo e pegou um objetivo concreto que foi apurar possíveis irregularidades no processo licitatório de concessão das linhas de ônibus. Na questão da saúde, eu não vejo fato concreto e objetivo sendo apontado. A situação da saúde é delicada, tem de melhorar bastante, a gente entende, compreende, mas não é por meio de CPI que tem por objetivo apurar questões de irregularidades. Então, eu acho que a gente tem de atentar para isso e temos de tomar o cuidado para esta Casa não perder credibilidade.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para lembrar, porque eu acho que é importante. O Tribunal de Contas acabou de apontar gravíssimas irregularidades, inclusive na questão das próteses. Irregularidades mais claras do que essas... Já existe o fato concreto e pronto para ser apurado. Eu acho que é indiscutível.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Roosevelt Vilela, eu acho que não existe irregularidade maior do que pessoas morrendo nos hospitais. Eu estive visitando alguns hospitais. Percebi o péssimo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

atendimento que o poder público dá para as pessoas. Os servidores que estão ali são verdadeiros guerreiros, porque não têm condição nenhuma de trabalho.

Eu faço um apelo aos demais Parlamentares para que a gente possa, sim, investigar. Eu tenho certeza de que, da mesma forma que a CPI dos Transportes foi bem-sucedida, a CPI da saúde terá muito que investigar e o que somar. Nós estamos colocando todo o governo anterior para analisar o que aconteceu para ter um rombo, como o partido de V.Exa. diz, e já foi comprado aqui, inclusive, muitas vezes com números distorcidos. Mas tem que ser investigado o período passado e também o período atua para saber o que podemos aprofundar e o que está acontecendo de errado. O principal são as pessoas mais honestas, as pessoas que não fazem parte do governo: as pessoas estão morrendo.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só falando ao Deputado Roosevelt Vilela. É o seguinte: há fatos concretos, sim. O objeto é definido daquela investigação, inclusive o relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu convido inclusive V.Exa., como pessoa que tem a responsabilidade militar e responsabilidade com o Distrito Federal, para que assine conosco essa CPI porque isso vai melhorar, com toda certeza, a saúde do Distrito Federal.

Muito obrigado, Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria só pedir que o secretário também pudesse ler o requerimento que requer a abertura da CPI da Pedofilia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Acato a questão de V.Exa.

Nós estamos em ordem. Primeiro fizemos a leitura do requerimento de abertura da CPI da Saúde, conforme solicitado pelo Deputado Lira. A questão continua e faremos a leitura do requerimento de abertura da segunda CPI, da Pedofilia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vários Parlamentares argumentaram que o objeto para abertura da CPI trata-se das mortes dos pacientes ou a péssima qualidade ofertada, além do relatório do Tribunal de Contas. Já que o requerimento de abertura das CPIs foi lido e, se ela vier a ser de fato instalada e os trabalhos concretos realizados, eu peço que ampliem a parte temporal de investigação e comece lá em 2007, quando o Secretário de Saúde era ainda o atual Deputado Augusto Carvalho, que começou o colapso da saúde no Distrito Federal. Por que o tempo de 2011? Então, comecemos lá em 2000. Vamos fazer uma CPI de vinte anos; aliás, em 2006, é quando a gente acha a materialidade original de tal problema.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu acho que a questão de V.Exa. é legítima, mas nós temos que lembrar que esta Casa fez uma CPI em 2006. Então, esta Casa já teve um processo de CPI que foi instaurada. Teve uma investigação que foi feita e nós não podemos tirar a legitimidade das investigações das antigas CPIs. Eu quero só relatar aos colegas que é importante falar sobre o processo e o rito regimental. A primeira CPI, que foi a CPI do Deputado Lira, necessitava apenas de oito assinaturas. Parece que teve dezoito assinaturas. Foi isso, Deputado Lira? Peço que me corrija se eu estiver errada.

Imediatamente eu poderia ter feito a leitura, mas a pedido do próprio autor Deputado Lira... Se a CPI foi protocolada, ela tem que ser lida. Mas a pedido do próprio autor, realmente para amadurecer com os próprios colegas, com o Conselho de Saúde com quem ele tem discutido, pediu para que a gente não fizesse a leitura. Quando foi hoje, o Deputado Lira pediu que fizesse a leitura. Houve o protocolo de uma segunda CPI com o mesmo tema. Foi lida após a leitura da CPI do Deputado Lira. Nós seguimos o protocolo, o Regimento Interno da questão da anterioridade, que era a CPI do Deputado Lira e fizemos a leitura também da CPI do Deputado Bispo Renato Andrade. E fizemos a leitura também da CPI da Pedofilia. É bom lembrar aos colegas que, regimentalmente, podem funcionar apenas duas CPIs simultaneamente na Casa. Uma terceira CPI – que seria o caso da instalação da CPI da Pedofilia – precisaria, realmente, de uma mudança de número, de uma aprovação por quase unanimidade dos colegas.

Nós iremos discutir isto com vocês num momento apropriado – a instalação dessa terceira CPI caso seja a avaliação da maioria dos Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero parabenizar esta Casa por ler a CPI da Saúde, independentemente de ser a do Deputado Lira ou a que foi apresentada por diversos Parlamentares.

Quero dizer que nós precisamos, sim, averiguar a saúde do Distrito Federal e contribuir com ela. Espero que a CPI não vire palanque político, não seja instrumento somente político, porque o que a sociedade espera é que a gente dê uma contribuição efetiva, da mesma forma que a CPI do Transporte está dando isso à sociedade.

Aqui, eu quero parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Rafael Prudente, a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Raimundo Ribeiro e o Deputado Ricardo Vale, que fazem parte da CPI do Transporte. Ela está dando uma contribuição imensa à sociedade do Distrito Federal.

Eu quero só deixar claro que o meu posicionamento sempre foi favorável, mas que a CPI não vire palanque político, que a gente não utilize a CPI para se fazer palanque político.

Em relação à CPI da Pedofilia, nós temos uma comissão especial que já levantou alguns dados. Eu acho de extrema importância que esta Casa também investigue o abuso sexual de crianças e adolescentes que acontece no Distrito Federal.

Deputado Wellington Luiz, que é da Polícia Civil, quero dizer que hoje, pela manhã, o Delegado-Chefe da DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente –, Dr. Wesley Carvalho, esteve numa audiência pública da comissão especial e fez um relato triste do desaparecimento da DPCA, ou seja, existem diversos crimes de abuso sexual de crianças e adolescentes que acontecem, e a delegacia especializada, que é a DPCA, infelizmente, está desaparecida. E esse desaparecimento não aconteceu no atual governo, isso já vem sendo feito há um bom tempo.

Então, quero dizer aqui também da importância da CPI da Pedofilia para que a gente possa dar uma resposta à sociedade para defender as crianças do Distrito Federal. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço aos Deputados que andem mais rápido para a gente entrar em votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o pedido que estou apresentando é um aditamento aos pedidos de CPI para que nós possamos investigar de 2007 até hoje. Vamos pegar exatamente de 2007 até hoje para fazer uma investigação completa e passar, efetivamente, a limpo a realidade do que aconteceu com a saúde do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Nós vamos pegar a origem, que é 2007, chegando à data de hoje, porque aí nós vamos ter um dado completo. É verdade que houve outra CPI, mas esta investigou só o período do Bernardino – e ela mostrou muita coisa que tinha acontecido.

Então, vamos pegar todo o período agora e passar a limpo efetivamente. É esse o aditamento que eu estou propondo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Bom, Presidente, em primeiro lugar, eu acho que a gente tem que ter muito cuidado para que as manobras não pareçam querer esconder alguma coisa. Quando as manobras se tornam muito evidentes, começam a criar suspeição. Eu acho que quem não deve não teme. Isso aqui foi dito várias vezes. Por exemplo, eu faço pare de um partido que esteve no governo passado. No entanto, eu nenhum momento eu titubeei quando o Deputado Lira me trouxe a CPI a partir do dia 1º de janeiro de 2011, quando meu partido estava no poder, porque a gente tem a consciência tranquila.

Então, se alguém eventualmente errou, que esse alguém pague pelos seus erros. Se alguém, atualmente, neste governo, está preocupado, então, mais do que nunca, a gente deve abrir a CPI.

Segundo, se há duas CPIs da saúde, eu acho que a gente poderia construir – chamando o Deputado Lira, que tem a primazia, que de fato começou a trabalhar com isso e foi extremamente feliz, e o Deputado Bispo Renato Andrade – uma única CPI, fundindo as duas CPIs, as duas matérias numa só, até mesmo porque são muito semelhantes. A minha sugestão é essa, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu só queria aproveitar a fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras e a fala do Deputado Chico Vigilante e dizer que também vou assinar a emenda do aditivo para que realmente a gente possa começar o período temporal a partir de 2007.

Eu também faço questão de assinar essa emenda, porque, já que vamos investigar, então, vamos lá na origem, começando em 2007. E vamos fazer isso de forma realmente séria, tentando buscar os culpados do porquê a saúde do Distrito Federal é um caos como a gente vê até hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Então, eu colaboro com o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Chico Vigilante e quero assinar também para iniciar com o lapso temporal a partir de 2007, na sua origem.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Só para pedir a V.Exa. que, no caso, se tiver que se investigar, que se investigue a origem do problema. A princípio, eu calculei que, a partir de janeiro de 2011, seria suficiente. Mas, se alguém acha que se deve estender um pouco mais, da minha parte, não há nenhuma objeção. E até peço a V.Exa., já que temos que instalar a CPI, que já a instale de imediato.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deixa eu só fazer uma observação. Esse instrumento jurídico não existe no Regimento. Não existe aditamento de CPI no Regimento. Então, o que existe é: se vocês não quiserem essa CPI, essa que foi lida, porque, pela ordem, é o texto do Deputado Lira, é o escopo do Deputado Lira, vamos pegar o Regimento e vamos estar... Porque senão isso aqui vai virar uma bagunça. A CPI que foi assinada pelos Deputados tem data definida. Isso é constitucional. Nós não podemos nem inventar isso aqui, porque senão nós podemos sofrer um processo de inconstitucionalidade de uma CPI inconstitucional.

O que fala a Constituição? Que ela tem que ter data definida e escopo definido. A data definida foi lida pelo Deputado Lira, e o escopo foi lido. Na ordem das CPIs, ela é a segunda CPI a ser instalada. Nós fizemos a leitura de uma terceira CPI, a CPI do Deputado Bispo Renato Andrade, que também tem uma ordem definida e um escopo definido também dentro da ordem dele. Então, não existe aditamento.

Mas nós estamos numa casa política. Todos os membros podem abrir mão de fazer a abertura da CPI. A gente pode marcar a instalação, ninguém participar da instalação e a CPI não acontecer. A gente pode, então, fazer uma negociação para instalar uma outra CPI mudando realmente o prazo. Mas a ideia de V.Exas. não tem no regimento, não tem como nós procedermos a esse tipo de tramitação. A não ser que essas CPIs não fossem abertas, não fosse validada a leitura do Deputado Lira. Esse acordo deveria ter sido feito anteriormente ao protocolo da CPI e à sua leitura.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu acho que está tendo muita intervenção aqui no sentido de a gente ampliar esse prazo de investigação da CPI da saúde, que tem que existir mesmo. Eu já assinei a do Deputado Lira e assinei hoje a do Deputado Bispo Renato Andrade. Acho que a gente poderia, num acordo entre os Deputados, retirar os dois pedidos de CPI e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

apresentar um outro, com a assinatura dos 24 Deputados, investigando a partir de 2007. Eu acho que isso não é nenhum... O Deputado Lira tiraria, o Deputado Bispo Renato Andrade tiraria também, e a gente apresentaria outro pedido de CPI da saúde com um prazo mais dilatado. Eu acho que a gente poderia fazer isso.

Queria dizer também, só para concluir, que tem que se investigar mesmo, e o que tem me preocupado é uma situação de querer ou de não dar atenção à saúde que merece o Distrito Federal. Eu acho que a saúde vem sendo prejudicada muito por uma gestão muito ruim, e de propósito, Presidente. A gente tem ouvido muito essa coisa de trabalhar com OS, que vai trazer OS, que a OS é a solução, e a gente já tem exemplos no País que não é, como, no Rio de Janeiro, que de dez OS, nove já estão no Tribunal de Contas, no Ministério Público, investigadas por corrupção. E, nesse sentido, eu protocolei.

E nesse sentido eu protocolei, hoje, aqui, uma Proposta de emenda à Lei Orgânica, que é a Proposta nº 43, que muda a Lei Orgânica do Distrito Federal, e impede que o Governo do Distrito Federal trabalhe com as OS no âmbito do Distrito Federal.

Portanto, quero pedir urgência na tramitação dessa PELO, para que a gente possa de uma vez por todas impedir essa ameaça de privatizar a nossa saúde.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, diante do que o Deputado Ricardo Vale falou, que dizer o seguinte: dezoito Deputados assinaram, lembrando que os vinte e quatro Deputados foram procurados para assinar. Saí de Gabinete em Gabinete.

Então, alguns se recusaram a assinar – não sei por qual motivo -, tudo bem, eu respeito, não tem problema nenhum. Agora, retirar tudo para começar do zero, acho que não tem fundamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta que estou fazendo, estou sendo muito claro, até porque eu assinei: eu fui um dos primeiros a ser procurado pelo Deputado Lira, e assinei. Depois fiquei cobrando de S.Exa. o por que não tinha sido instalada a CPI, ainda. Cobrei, inclusive, da imprensa por que não a CPI não saia.

O que estamos propondo? E aí eu preciso que o Deputado Lira esteja de acordo. Estamos propondo uma coisa simples: pegar o período que a gente sabe que tem problema, efetivamente, que é de 2007 a 2016, e fazer a CPI. Qual a dificuldade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

que tem nisso? De 2007 a 2016, que é o período que não foi investigado, ainda, porque o restante para trás, foi investigado.

Portanto, nós queremos, Deputado Julio Cesar, pegar esse período. Qual a dificuldade de acrescentar mais três anos?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que não é difícil a gente sanar o problema, considerando que esta é uma Casa política.

Havendo o mínimo de bom senso, a gente reproduz o texto protocolado pelo Deputado Lira somente alterando, caso haja concordância de S.Exa., é claro, recolhemos as assinaturas hoje mesmo, protocolamos e fazemos a leitura. Dar para fazer tudo isso hoje, Sr. Presidente, caso haja concordância do Deputado Lira.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu vou consultar a nossa Assessoria de Plenário, para a gente ver, regimentalmente, qual é a saída jurídica e regimental para o problema que foi levantado por V.Exas.

Porque o que foi lido, o Regimento, é claríssimo. Já foi lida a CPI. Acho que é uma boa ideia, mas deveria ter sido colocado pelos colegas, anteriormente, inclusive antes de V.Exas. assinarem o protocolo.

Eu tenho uma preocupação muito grande com uma extensão muito grande de tempo, que eu acho você se perde e não consegue investigar absolutamente quase que nada. Acho que esta Casa tem que se propor a fazer um trabalho sério.

Então, é uma posição minha, pessoal, não como uma posição de Presidente. Eu não quero nem debater sobre isso. Por isso que estou colocando que regimentalmente, e se for de vontade de quem protocolou a CPI, de voltar a discutir isso. Ou seja, retirar o protocolo dele, para podermos voltar a discutir.

Mas, tem que ser, realmente, dentro da base Regimental da Câmara Legislativa, porque que senão é muito fácil: você protocola um projeto e retira ele depois de ser lido - nós não estamos brincando aqui. Acho que temos que falar com muita seriedade, porque senão fica parecendo que a gente está politizando essa CPI.

Eu falo isso com muita tranquilidade, sabe por quê? Eu não participei do Governo Arruda, não tenho relações com o Governador Arruda, pelo contrário: fiz campanha para a Sra. Maria de Lourdes Abadia. Falo isso com muita tranquilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Mas eu acho que esta Casa, realmente, tem que se propor a fazer um trabalho sério, como foi feito o trabalho da CPI do Transporte, que o Juiz acompanhou o trabalho aqui, suspendeu já a licitação, já conseguiram detectar mais de quinhentos milhões de desvios, com o trabalho que tem sido feito pela CPI e com os Parlamentares da Casa.

Então, é algo que temos que discutir. Talvez, fazer uma reunião só com os Deputados, para a gente discutir isso de forma mais tranquila, para ver como é que a gente vai, realmente, proceder, e dentro do Regimento Interno, também.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Assessoria do Deputado Lira falou com muita prudência aqui, e, realmente, eu não tinha me atentado a esse detalhe: caso o Deputado Lira venha a retirar o protocolo de registro dele, como nós só podemos funcionar regimentalmente duas CPIs na Casa, uma outra releitura da dele perderia a questão temporal, e perderia a viabilidade.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estou ouvindo a discussão e vejo que há um embate em torno de uma questão regimental. Só que esta Casa, em diversos momentos de sua história – e em algo que seria muito relevante para a sociedade do Distrito Federal – teve entendimentos inclusive de superar o seu Regimento. O Plenário é soberano, o Plenário pode inclusive superar o seu próprio Regimento Interno num caso. E eu acho que é o caso, porque a CPI é de uma relevância muito grande para a sociedade. Eu também tenho o entendimento de que é necessário que essa CPI possa – como já foi colocado pelo Deputado Chico Vigilante, que a Saúde foi investigada até determinada época – fazer essa continuidade, porque eu acho que vai ficar um lapso temporal, um hiato. E sempre vai ficar a dúvida na cabeça da sociedade: o que realmente aconteceu.

Então, você tem um período que é investigado, depois tem outro período que é investigado e efetivamente fica aquele hiato na investigação sobre a Saúde do Distrito Federal. Eu quero corroborar com a tese de que, se houver consenso, como bem colocou o Líder Deputado Julio Cesar, o Regimento Interno pode ser superado em casos extravagantes e de extrema importância, como eu falei. E eu entendo que essa CPI tem uma importância muito grande para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, são dois pontos.

Primeiro, sobre essa questão de ordem apresentada pelos Deputados. Gente, é interessante o seguinte: tudo isso aqui não é fato novo. Já se vem discutindo isso na Casa há muito tempo. É interessante que depois que se pede a leitura e a CPI é instalada, aí vem o trator do governo e tenta desconstruir aquilo que foi feito. Por que não deu a sua opinião antes das assinaturas? Depois que se assina e lê... Isso tudo deixa claro que parece que querem de fato que essa CPI não saia do papel.

Com todo o respeito que eu tenho aqui pelo Deputado Chico Vigilante, um amigo de quase trinta anos, pelo Deputado Julio Cesar e pelo Deputado Cláudio Abrantes, que é um amigo também já antigo, eu acho que isso deveria ter sido debatido antes das assinaturas, antes de se assinar. Aqui a gente se expõe. E V.Exa. também assinou no início. A gente se expõe perante a sociedade, a gente vem porque a sociedade quer isso, a gente tem a coragem de chegar e enfrentar a máquina do governo para pedir a abertura de uma CPI. E depois que o carro está andando, depois que começou o jogo a ser jogado, querem mudar as regras do jogo? Eu acho que não é por aí que nós vamos resolver e fazer uma investigação séria.

Eu falo isso porque eu não vou fazer parte da CPI da Saúde, hoje eu presido outra CPI, não vou estar dentro diretamente da comissão; então, eu acho que precisamos olhar isso com muita prudência. Isso deveria ter sido feito antes e não foi.

Segundo ponto, Deputada Celina Leão, solicito que seja incluído na Ordem do Dia o requerimento de minha autoria de realização de uma comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Eu queria responder ao nobre Deputado Bispo Renato Andrade, uma pessoa por quem também tenho um respeito muito grande.

V.Exa. tem o hábito de muitas vezes nesse plenário falar que o governo usa o trator. Quero dizer que quem usou o trator hoje não foi o governo. De uma forma muito rápida, passaram o trator hoje com a leitura dessa CPI, nós vimos como foi. Eu fico aqui preocupado. Por que V.Exa. não quer que a CPI vá até 2007? Como disse o Deputado Cláudio Abrantes, e esse hiato? Há alguma coisa a esconder de 2007? É claro que queremos que realmente isso seja apurado. Por que, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Bispo Renato Andrade, V.Exa. não quer que sobre o período de 2007 a 2011 seja também feita uma CPI? Eu não entendi isso não.

Eu acho que nós deveríamos, Deputado Chico Vigilante, fazer um acordo. É claro, se o Deputado Lira retirar o pedido de CPI agora, prevalece o do Deputado Bispo Renato Andrade. Eu acho que nós temos que ter bom senso. Por que V.Exa. não retira? Posteriormente, o Deputado Lira retiraria o dele, faríamos uma e colocaríamos 2007. Vamos lá na origem. Por que V.Exa. não quer que se instale uma CPI de 2007 a 2011?

Eu fico preocupado porque é aquilo que eu disse no início. Qual é a intenção da CPI? A intenção da CPI é descobrir quem é o responsável pelo caos ou é para fazer palanque eleitoral? Respeito muito V.Exa., mas quero que reflitamos. Eu sou da opinião de abranger o período de 2007 a 2011. Temos, sim, que investigar para buscar os culpados. A não ser que o partido que administrou o governo tenha algum problema com V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estava acompanhando todas as discussões do meu gabinete e gostaria de parabenizar V.Exa. pela inclusão do Item nº 159 na pauta de votação, o segundo turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 28, de 2015. É uma luta justa e a Justiça já tem acatado essa questão. Muitos juristas falam da inconstitucionalidade da lei, mas temos de fazer o nosso papel aqui. Mas a própria justiça tem dado liminares para que essas mães e pais, os responsáveis legais dos deficientes, tenham uma jornada sem a devida compensação. Quando eles vão compensar isso, se eles têm de dedicar grande parte dos seus tempos em atenção aos seus filhos, os seus dependentes deficientes? Parabéns por essa posição. Sei que existem muitas pressões, isso faz parte do jogo político, mas temos de, às vezes, olhar pela sociedade, o que é muito importante. Votarei com o maior prazer. Fui Relator na CCJ e na Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, votei o primeiro turno e vou votar o segundo turno com muito orgulho.

Quanto à questão da CPI, eu gostaria de perguntar quantas CPIs da Saúde já estão protocoladas? Duas ou três?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Robério Negreiros, existem duas CPIs, mas no total temos três protocolos de CPIs. Na ordem cronológica, a primeira é do Deputado Lira, a segunda é do Deputado Bispo Renato Andrade e a terceira é do Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Tudo bem. Sobre a questão da CPI abranger o ano de 2007, eu concordo em investigar tudo. Agora, creio que esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

tem de dar uma resposta à sociedade principalmente no que está acontecendo na política e se fazer uma CPI, nem que se retirem todas essas e se votem. A CPI séria é quando tem o preâmbulo de vários Deputados, não é CPI com a autoria de um Deputado. Porque, regimentalmente, às vezes um Deputado retira sua assinatura fazendo um jogo político, o que também faz parte. Agora, neste caso, creio que V.Exa. tem de dar um exemplo para sua gestão e abrir uma CPI séria. Se tivermos de investigar de 2007 até hoje, faremos isso. E o quanto antes. Sra. Presidente. Eu assinei as duas CPIs, me senti usado na primeira, e deixei muito claro que desde que não se retire as assinaturas. E essa CPI protocolada hoje tem o limite de oito assinaturas, são vários Deputados. Não tem autoria definida. Quem retirar a assinatura pode até inviabilizar a CPI, mas precisamos dar uma resposta, Sra. Presidente.

A questão que o Deputado Cláudio Abrantes falou sobre o Regimento, o Plenário é soberano. O que decidirmos aqui, temos de resolver e dar uma resposta à sociedade. A população clama pela CPI da Saúde. E eu, Deputado Robério Negreiros, não só assino como apoio. E se tiver de abrir mão para integrar a CPI, que sejam cinco membros que atuem de uma maneira séria, célere e imparcial.

Este é o meu posicionamento, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero esclarecer uma informação que me foi passada pela Assessoria. O Plenário é soberano, mas não podemos e não temos o poder de retirar um requerimento protocolado por um colega. Somente o autor do requerimento pode pedir a sua retirada. Outra coisa, Deputado Robério Negreiros, o Regimento também é muito claro: depois que o Deputado assinou e o requerimento foi lido ninguém mais pode retirar a sua assinatura justamente para não ter em uma Casa que está trabalhando com a fiscalização da população do Distrito Federal este tipo de jogo e de manobra política para querer barganhar qualquer tipo de coisa, utilizando um instrumento importante como é a CPI. Então, depois que o requerimento foi lido ninguém pode retirar a assinatura, é regimental.

Outra questão, eu só posso retirar a CPI do Deputado Bispo Renato Andrade ou do Deputado Lira se os próprios autores da CPI protocolarem o pedido de retirada. Quero deixar bem claro isso. Não é porque o Plenário é soberano que nós não vamos cumprir o Regimento. O Regimento Interno existe, mesmo com a soberania do Plenário, para que ele seja cumprido e para garantir o direito dos Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento. Na realidade, há um consenso dos Deputados pela CPI da Saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Segundo, nós temos uma ordem de apresentação. Boa ou ruim, a proposta original é do Deputado Lira. Eu sou a favor de que nós encaminhemos pela proposta do Deputado Lira. Com todo o respeito, eu assinei a proposta apresentada pelo Deputado Bispo Renato Andrade, mas foi a primeira proposta que foi construída, foi publicizada, senão qualquer um que acompanhar este debate no plenário diz que a Câmara está querendo enrolar.

Então, eu acho que nós poderíamos, depois desse longo debate, cerrar fileiras, dar encaminhamento à montagem dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que foi apresentada pelo Deputado Lira. Qualquer questionamento, a pessoa vê se assinou ou não assinou. Está assinado? Prevalecem as assinaturas. Acho que é muito mais fácil. Aí, uma vez dado o encaminhamento, o Deputado Bispo Renato Andrade, conhecendo-o como eu o conheço, S.Exa. vai dar defender a retirada da proposta que apresentou. Acho que esta é a melhor saída, já encaminhar logo pela primeira proposta apresentada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, todo mundo que está aqui é bastante inteligente para verificar que ninguém está querendo fazer manobra nenhuma. O que nós queremos, o que nós estamos apontando é que há um período de 2007 a 2010, gestão do Sr. Fernando e do Sr. Augusto Carvalho, em que dilapidaram a saúde pública do Distrito Federal. Foram eles que plantaram esse caos que existe até hoje, o que nós queremos investigar também.

Portanto é só os Deputados concordarem em escrever ali na proposta da CPI que o período a ser investigado é de 2007 a abril de 2016, que está resolvido. Isso se corrige agora em plenário, porque a minha assinatura foi para a proposta do Deputado Lira e continua. E eu sou o Deputado que cobrei de S.Exa. por que S.Exa. não instalava uma CPI, não é, Deputado Lira? Cobrei de V.Exa. por que não instalava uma CPI. Agora eu quero investigar tudo. Eu não quero deixar nada para trás. Eu não quero deixar o Sr. Augusto Carvalho pousando de vestal, quando não é! E o Sr. Fernando também. Portanto eu quero investigar tudo e, para investigar tudo, é a partir de 2007.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares

Eu gostaria de perguntar se algum Parlamentar quer fazer uso da palavra, porque nós fizemos um acordo no Colégio de Líderes para que entrássemos em votação rapidamente. Há três créditos de Deputados aqui.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Gostaria de corroborar a fala do Deputado Chico Vigilante e dizer que já admirava S.Exa. e passo a admirar cada vez mais pela postura de que as investigações sejam feitas a partir de 2007.

Então, Sra. Presidente, eu gostaria de insistir na proposta do Deputado Ricardo Vale para que as duas propostas de CPI sejam retiradas, seja apresentada uma nova proposta e aí, sim, investigar desde 2007. Se a outra CPI era até 2006, essa é de 2007 para cá.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Houve algumas sessões em que houve a derrubada de vetos de alguns Deputados. Então, antes de nós colocarmos em pauta os projetos do Executivo, eu gostaria que votássemos alguns vetos de Deputados que não tiveram seus vetos apreciados ainda. Então eu peço a V.Exa. que coloque na Ordem do Dia o Veto ao Projeto de Lei nº 735, de 2015, e o Veto ao Projeto de Lei nº 47, de 2015, bem como o Projeto de Lei nº 217, de 2015, que já consta na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rafael Prudente, isso não estava no acordo de Líderes. Então V.Exa. venha aqui um pouquinho para discutirmos esses três vetos, porque isso não estava no acordo de Líderes. Não foi pedido.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – São só dois vetos, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – São só dois vetos? Cadê o nosso Líder de Governo? Há acordo para isso? Isso não foi levantado no Colégio de Líderes.

DEPUTADO JULIO CESAR – Eu queria pedir a palavra justamente porque não foi hoje discutido isso, os vetos que foram derrubados há duas semanas atrás. Houve uma construção onde pedimos aos Deputados que nos indicassem os vetos para que pudemos analisá-los, e então trouxemos ao plenário na data marcada.

Então, eu acho que tudo aquilo que é combinado deve ser cumprido. E hoje no Colégio de Líderes foi discutido que iríamos votar projetos de Deputados, e também o crédito que V.Exa. falou. Eu posso pegar esse veto que V.Exa. está apresentando. Mas na sessão passada nós já derrubamos um veto de V.Exa. Por isso eu gostaria de saber se é outro veto. Porque se não V.Exa. vai ter mais vetos que todos os outros Deputados. E isso não é justo, porque V.Exa. derrubou o veto da meia entrada na semana passada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Então, é esse questionamento que eu queria fazer.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o meu questionamento é justamente esse. Porque a informação que eu tive, pode ser que esteja errada, Deputado, é que na hora de apreciar o meu veto não houve *quorum*. Estava no acordo. Eu não estou descumprindo qualquer acordo que tenha sido feito nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O seu veto já estava no acordo, Deputado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Então é só trazer para eu dar uma olhada.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – É o que eu vou fazer agora, Deputado. Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Porque ninguém consegue pegar o número assim. Se foi isso! Eu acho que acordo é acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O outro veto é de quem? Um é de V.Exa., e o outro veto é de qual Deputado?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Os dois são meus, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, até por uma questão de justiça, eu estava presidindo a sessão e o que aconteceu foi que alguns Deputados, desculpem o termo, de forma oportunista, votaram a derrubada dos seus vetos e saíram. O Deputado Rafael Prudente ficou aqui até o final e acabou prejudicado, porque acabou não votando o veto dele que estava no acordo. Pelo menos um deles. Então, ele acabou prejudicado, porque os Deputados acabaram saindo. V.Exa. quase foi vítima disso também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Com certeza.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, eu acho que deveria reconsiderar essa questão do Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero lamentar a saída do Sérgio Sampaio, assessor do governo, que está indo para a Administração da Terracap, e agradecer a contribuição que ele deu enormemente a todos nós. Eu, particularmente, sou muito grato pelo diálogo bastante profícuo que o Sérgio empreendeu conosco nesta Casa. E cumprimentar o nosso amigo, José Flávio de Oliveira que o substitui nessa nova função. Uma pessoa também conhecida, respeitada, sabe dialogar com os Deputados. Eu gostaria de cumprimentar o José Flávio por essa tarefa que ele está assumindo aqui de ajudar os Parlamentares e o próprio governo para encontrar uma saída para os problemas.

É isso, Sra. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que no dia de ontem, e aqui quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, sancionou a Lei dos Boleiros, de autoria dos Deputados Ricardo Vale, Wasny de Roure, e também de minha autoria, que vai trazer dignidade ao esporte no Distrito Federal.

Gostaria de ressaltar que na época em que fui Secretário de Esportes, no período de 2012, foi implementado o programa Boleiros na secretaria em que eu conduzia na época. Chegamos a atender mais de 10 mil jogos de futebol amador na cidade, conseguindo pagar a arbitragem desses jogos. E no dia de ontem, para a nossa alegria, o Governador Rodrigo Rollemberg sanciona essa lei que, além de pagar a arbitragem, agora também vai pagar os materiais esportivos para os times, e também vai pagar a premiação.

Então, eu acho que é um ganho desta Casa. Porque agora, ainda que haja, Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale, a mudança de governo, a certeza que há é que esse programa terá a sua continuidade.

Eu quero aqui registrar que é uma vitória do esporte do Distrito Federal. E é uma bandeira que eu carreguei e continuarei carregando. Uma pessoa, quando pratica esporte, está adquirindo saúde, e essa saúde realmente a gente vai defender. Então eu quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg e os Deputados presentes.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou passar a Presidência para a Deputada Sandra Faraj porque a gente estava conversando hoje cedo, no Colégio de Líderes sobre uma... Então eu gostaria de passar a Presidência para a Deputada Sandra Faraj para a gente dar continuidade às votações e às falas dos Parlamentares. Apenas o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Rafael Prudente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

vão querer falar nos Comunicados de Parlamentares. Fica mais fácil para entrarmos nas votações.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu duvido de que tenha alguém que tenha denunciado mais a questão da saúde nesta cidade do que eu, duvido de que tenha alguém. E vou continuar denunciando porque, cada dia que passa, fica pior.

Tenho uma posição muito clara com relação à situação das Organizações Sociais: eu sou contra. Sou contra por uma questão de princípio. Sou contra a contratação de organização social para cuidar da saúde. Sou contra por uma questão de princípio porque em nenhum canto do Brasil que colocaram isso deu certo, tudo deu errado, é roubalheira, é malandragem.

Começou isso com a Real Sociedade Espanhola de Beneficência. Por isso que eu quero pegar 2007 para investigar a Real Sociedade Espanhola, lá da Bahia, de triste memória, quero pegá-la.

Portanto estou muito tranquilo com relação a essa questão da CPI, assinei e fiquei cobrando por que não se instalava logo, Deputada Sandra Faraj, felizmente parece que vai ser instalada. Agora não custa nada fazer um acordo e colocar 2007, acho que é o correto.

Dito isso, quero abordar outro ponto: a questão dos combustíveis. Uma CPI presidida pela Deputada Eurides, relatada por mim, deu resultado, até hoje a gente está vendo os frutos, porque foi, a partir dali, da investigação feita por nós, que fez com que os órgãos de controle do Distrito Federal pudessem chegar aonde estão chegando, a Polícia Federal, o Cade e outros.

Na sexta-feira, o Governador Rollemberg sancionou um projeto de minha autoria que abre efetivamente a possibilidade dos postos. Agora o Governador precisa fazer uma opção, ele precisa tirar os burocratas que estão dentro de uma empresa, que têm muito mais preocupação com outras coisas do que com o bem-estar dessa população, que estão impedindo a instalação dos postos.

A senhora diretora do Ibram, não sei por que está em Brasília. É um atraso, é uma coisa complicada aquilo ali. Portanto a gente precisa da autorização imediata de desburocratização do Ibram para que os postos funcionem. Isso é fundamental.

Isso é a coisa mais importante para a população do Distrito Federal porque a gente não pode continuar sendo vítima de um cartel miserável como esse, cartel de exploradores, cartel que faz com que o preço da gasolina e do etanol, em Brasília,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

sejam um dos mais caros do Brasil. É comparado ao preço do Acre que, lá, chega de barca. Aqui chega de duto. O imposto lá é o mesmo daqui, e a gente vê essa situação.

Há outro ponto que eu quero abordar aqui porque eu fiquei muito indignado hoje, pela manhã, e todo o mundo que assistiu deve ter ficado indignado, e queria chamar a atenção do Líder do Governo. É o cinismo, Deputado Robério Negreiros, praticado pelo Diretor-Geral do DFTrans que vem do Espírito Santo s/Célia

que vem do Espírito Santo - porque a capacidade de importar gente do PSB para trazer para Brasília é um negócio fantástico do Rollemberg -, e traz umas catraias que não entendem de Brasília e estão lascando com as cidades.

Aí o sujeito lá na Globo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de manhã cedo, o repórter pergunta "E essa questão dos alunos, adolescentes, crianças que estão sem comprar o passe estudantil?". Deputado Roosevelt Vilela, se V.Exa. viu ficou indignado, mesmo ele sendo do seu partido, o que não deveria ser, Deputada Luzia de Paula, a senhora teria chorado de raiva e o que ele disse? "Nós vamos abrir uma janela de oportunidade daqui a seis meses". Janela de oportunidade é o raio que o parta! É uma lei que precisa ser cumprida. É uma lei a qual os alunos têm direito. É uma lei que eles estão descumprindo e ele vem falar de janela de oportunidades? E já não dão o cartão material escolar que reduziram para 80 reais, não distribuem os livros na escola, está faltando professores, e agora não tem nem o transporte? Ainda vai para televisão dizer que está fazendo um bom governo. Para quem? Quero saber para quem?

Portanto, é uma situação realmente gravíssima. Eu estou denunciando ao Ministério Público pedindo providências. E creio que nós todos deputados aqui temos que obrigar que sejam reabertas as inscrições para esses meninos e meninas poderem se deslocar em segurança das suas casas e terem a tranquilidade de pelo menos estudarem.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Muito obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como já há consenso, vamos votar a PELO 28, se possível?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas dizer que devemos seguir o que combinamos no Colégio de Líderes que foi a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

votação dos três projetos do governo que é o do crédito e aí, posteriormente a isso, nós iniciarmos os projetos dos deputados e dentre eles o do PELO.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje nós temos uma audiência pública para a qual depende a votação de um requerimento. A assessoria do Plenário tem o número e assim que houver *quorum* gostaria que seja apreciado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Já está na pauta, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 157, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia relativas aos itens extrapauta.

Não há manifestação contrária.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fiz a minha inscrição para usar da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Pois não, deputado. Pode falar.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, o meu boa-tarde a todos, cumprimento a nossa Presidente Deputada Sandra Faraj, cumprimento os demais deputados, ontem fizemos o lançamento da nossa Frente de Combate ao Câncer onde tivemos um debate muito acalorado. Um debate com muitas sugestões, críticas, mas críticas construtivas, Deputado Wasny de Roure. Hoje eu tive a grata surpresa hoje em contato com o presidente da Novacap de saber que de junho a julho deste ano será encaminhado para a CAF o projeto já pronto do Hospital do Câncer que ficará ali ao lado do Hospital da Criança. O governo já tem o recurso também que vieram por meio de emendas de bancada de Deputados Federais, junto com os senadores da bancada do Distrito Federal.

Então, fiquei muito satisfeito e hoje fui recebido pela subsecretária de administração no qual nós identificamos uma série de medicamentos. Recebemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

também, após a nossa audiência de ontem, a seguinte resposta positiva do governo – a partir do dia 15 deste mês todos os medicamentos necessários ao tratamento de câncer aqui no Distrito Federal serão repostos. Então, essa é uma resposta rápida do governo a alguns questionamentos feitos na noite de ontem aqui no plenário desta Casa.

Mas quero informar, Sra. Presidente, Deputado Wasny, nosso professor de Economia, tenho aprendido muito com ele na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, Presidente da nossa comissão, que fez um levantamento sobre alguns dados de arrecadação, algumas despesas também na Secretaria de Educação do Distrito Federal no primeiro bimestre. Nós temos aqui um limite, Deputado Wasny, de aplicação do Fundeb, no primeiro bimestre esse limite era de R\$290.589.000,00 (duzentos e noventa milhões quinhentos e oitenta e nove mil reais). Nós analisamos e vimos um gasto de apenas 74 milhões.

De 2014 até este ano, nunca tivemos um primeiro bimestre com tão pouco investimento e tão pouca utilização dos recursos públicos na Educação. Está certo que na Educação podemos, às vezes, ter a oportunidade de economizar, está certo também que em obras muitas vezes temos a oportunidade de economizar, mas na saúde pública não podemos economizar, Deputado Wasny! Se economizarmos, seja uma semana, seja um dia, seja um mês, possivelmente as pessoas que estão fazendo tratamento podem morrer, podem não ter a oportunidade de sobreviver. Por que trago isso? Porque nunca, nunca não, mas de 2014 para cá, tivemos esse tipo de aplicação em serviços públicos. Por exemplo, no primeiro bimestre de 2014 a aplicação mínima era de 252 milhões, nós tivemos aplicação de 218 milhões; no primeiro bimestre de 2015, a aplicação mínima era de... Tivemos aplicação de 287, a aplicação mínima em 2016 era de 283 milhões, nós aplicamos 25 milhões a determinada rubrica.

Muitos aqui sabem que nós temos dez tomógrafos, Deputada Sandra, em toda a rede pública de saúde do Distrito Federal, e dos dez temos sete paralisados. É falta de recurso? Não. Nós temos aqui, nós votamos, Deputado Agaciel Maia, a despesa autorizada de 35 milhões para o primeiro trimestre, (?) desde ontem, e tivemos empenhados R\$ 6.620.000,00 (seis milhões seiscentos e vinte mil reais). Estão sobrando para a manutenção em máquina, como a manutenção desses tomógrafos que estão parados há mais de um ano, quase 30 milhões. Ontem fiz aqui esta pergunta ao subsecretário, e esses tomógrafos têm um fabricante específico, Deputado Wasny: para que fazer licitação se só há um fornecedor, que é o próprio fabricante, para realizar a manutenção? Para que essa burocracia toda? Faça-se então a dispensa de licitação para aquele único fornecedor.

Temos também uma rubrica votada por todos nós aqui de R\$93.993.000,00 (noventa e três milhões novecentos e noventa e três mil reais) para compra de medicamentos, mas foram empenhados neste primeiro trimestre apenas R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões), ou seja, estão sobrando aí quase 39



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

milhões de reais, Deputado Prof. Reginaldo Veras, no caixa do governo para compra de medicamento.

Tive a oportunidade, Deputado Cláudio Abrantes, de visitar o Hospital de Planaltina, o HRAN, e o que vi não é bom. Fui ao almoxarifado desses hospitais e muitas vezes verifiquei que não havia 50%, ou metade, das gôndolas com medicamentos.

Então, aqui faço um apelo à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara, em que vamos ouvir nesta semana o Secretário de Saúde, para que implementemos essa CPI da Saúde Pública a fim de acompanharmos todos os dias esses dados, que são alarmantes! Não falta dinheiro, falta gestão! Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Rafael. Em virtude de os Deputados não terem tido oportunidade de falar nos Comunicados de Parlamentares, estamos retornando a essa fase da sessão. Em seguida, voltaremos à Ordem do Dia.

Nós estamos retornando aos Comunicados de Parlamentares e, em seguida, voltaremos à Ordem do Dia.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (REDE. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, obrigada pela questão de ordem.

Eu queria solicitar a V.Exa. que incluísse na Ordem do Dia o PDL nº 49, de 2015, de minha autoria. Eu já solicitei, mas não foi colocado o PDL. Ele foi acatado, mas não foi colocado, e quem estava na Presidência era o Deputado Bispo Renato Andrade que acatou naquele dia o meu pedido de ordem, mas não foi acrescentado. Já é a terceira vez que faço essa solicitação.

Eu quero aqui colocar que devemos ficar mais atentos, porque, às vezes, nessa nossa confusão, as coisas não são ouvidas, são acatadas e não colocadas. É o PDL nº 49, de 2015, de minha autoria.

Eu gostaria que V.Exa. novamente o acatasse e colocado na Ordem do Dia para ser votado.

Eu queria também pedir atenção ao cronômetro, porque ele não está funcionando.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Acatado e incluído, Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu quero só parabenizar o Deputado Rafael Prudente, membro da Comissão de Educação e Saúde. Boa parte do nosso trabalho tem sido dedicado as visitas às escolas, produção de relatórios, fiscalizar e exigir atitudes concretas do governo.

Eu, o Deputado Wasny de Roure e a Deputada Luzia de Paula temos batido muito na tecla da Educação, e questionaram-me: Por que você não vai visitar os hospitais? Por que o Deputado Rafael Prudente já tem feito um exímio trabalho.

Espero, Deputado Rafael Prudente, que V.Exa. possa apresentar o relatório dessas visitas junto à Comissão de Educação e Saúde como a gente fez com a parte da Educação, para que a gente possa divulgar isso para a imprensa, para que atitudes concretas do Poder Executivo possam ser tomadas.

Portanto, parabéns, Deputado Rafael Prudente, membro da nossa produtiva Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou preocupado. Nós, na reunião das lideranças, acordamos votar 3 créditos, sendo que um deles estão as emendas do Deputados.

Os Deputado, pela Constituição, têm direito a 1% da reserva da contingencia que dá 18 milhões para cada Deputado, sendo que nenhum Deputado executou um único centavo até agora. Então, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, passamos 3 dias recebendo quase 170 emendas que estão para ser votado, estão para ser inseridas. O governo assumiu o compromisso de executar 2 milhões de cada Deputado até o final deste mês e, se não votarmos o mais rápido possível, não vamos ter condições de reclamar do Sr. Governador por que não executou as emendas do Deputados, porque nós já estamos em abril. Nós estamos nos arrastando, e são 18 milhões a serem executados. Eu estou preocupado com a sessão, porque, se cair o *quorum* e não votarmos hoje, ainda há redação final, ainda tem que ser conferidas todas essas emendas, são quase 200 emendas pela Secretaria de Planejamento, para, depois, serem publicadas no Diário Oficial. Quando acordamos, já estaremos no mês de maio, e ficará cada vez mais difícil. E quando formos reclamar do Governador que não está executando emendas de Deputados, S.Exa. dirá: “Mas a culpa não é só minha, porque vocês demoraram”.

Então, eu queria fazer esse apelo aos colegas exatamente para que a gente dê celeridade à votação desses projetos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

São 11 emendas que estão aqui para serem lidas e apreciadas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Sandra Faraj, já pode computar como fala de Parlamentar. Eu gostaria só de dar aqui uma informação. Eu, ontem, fui convidado pelo Governador do Distrito Federal para uma reunião de Parlamentares coletivo. Eu acabei não indo e confesso que estou muito preocupado com teor do que foi abordado na reunião em que o Governador sugeriu, mandando, não sei como foi, eu acho, para todos os efeitos, essa Casa é um poder independente, pelo menos eu gostaria de acreditar, porque se aqui for um poder que não tem independência, eu garanto que em 2018 eu não vou ser candidato.

Mas eu, muito preocupado com a formulação dos blocos, o Governador induzindo e colocando a forma como os blocos vão ser... Até uma forma de pressão deve ser para a próxima eleição ou reeleição da Mesa Diretora. Eu fico muito preocupado. Independentemente de ser um desrespeito a qualquer Parlamentar, o Parlamentar que se sujeita a isso, desculpe-me, mas isso é contra a própria instituição. Às vezes pode ser bom num certo momento, mas depois de um certo momento, nós nos tornamos...

Digo mais uma vez que eu não tenho condição de afirmar a veracidade, mas aqui no plenário a gente também tem que colocar suposições. Espero que isso não tenha acontecido.

E já estão dizendo até da questão das comissões. Se vão me tirar da CCJ ou de outra, que tirem. Não vão tirar meu mandato e não vão tirar a minha fala aqui no plenário, quiçá nas comissões.

Mas os Parlamentares que se sujeitarem a isso – e eu não estou acusando, em hipótese alguma, até mesmo porque eu não participei apesar de ter sido convidado. Isso é muito ruim para todos os Parlamentares.

E o tempo passa muito rápido, viu, Sras. e Srs. Parlamentares? Passa voando. E o bom da política é que o mundo é redondo.

Então, não vamos nos sujeitar a isso, principalmente num governo com 72% de desaprovação. Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muito rapidamente, até porque me traz uma enorme preocupação o que traz o Deputado Robério Negreiros. Eu também não participei da reunião, mas essa informação também chegou a nós.

Caso isso seja verdade, volto a dizer, deixando bem claro, caso isso seja verdade, é uma interferência extremamente absurda. Aí a gente vai trocar o Parlamento por Monarquia ou anarquia, porque uma interferência do Executivo dentro do Legislativo onde o Governador começa a escolher inclusive as comissões, daqui a pouco vai escolher os partidos que nós vamos ocupar.

Então, espero, sinceramente, que essa informação não seja verídica, porque, se for verídica, realmente, esta Casa tem que tomar providências, porque chegamos ao caos, ao absurdo.

Obrigada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu queria pedir a compreensão dos Deputados por causa do avançar da hora. Há projetos que têm que ser votados ainda hoje, o requerimento do Deputado Wasny de Roure, as emendas.

Eu gostaria que reduzíssemos o uso da palavra pela ordem para que o Deputado Ricardo Vale possa fazer uso da palavra, pois S.Exa. já está há um tempão na tribuna, e em seguida irmos à Ordem do Dia.

Por gentileza, eu gostaria da compreensão dos colegas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, agradeço.

Apenas, com todo o respeito, mas com a vênia do Presidente da Comissão Orçamento, Deputado Agaciel Maia, parece-me que há o acordo de governo de liberação de 4 milhões/quadrimestre das emendas parlamentares. Nós estamos vencendo o primeiro quadrimestre, então já existe esse compromisso do governo.

E só salientar que na semana passada, Deputado, eu até liguei para V.Exa. questionando esse posicionamento do governo, que havia feito a liberação de algumas emendas de alguns Parlamentares e de outros não.

Então, já houve, sim, a liberação de emendas parlamentares de alguns Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Solicito a inclusão do projeto lido na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de vir neste plenário hoje parabenizar os dirigentes de liga amadora, os donos de times de futebol amador, os atletas, os torcedores, enfim, todo mundo que, no Distrito Federal, participa desses campeonatos amadores pelo DF afora, em todas as cidades, porque é o esporte mais praticado aqui no Distrito Federal.

Eu sou de uma família de doze irmãos. Oito homens. Os oito jogaram futebol amador.

E eu estou muito feliz porque, em abril do ano passado, nós fizemos uma audiência pública aqui nesta Casa em que vieram dirigentes de todas as ligas amadoras do Distrito Federal, seja do futebol amador, seja do futevôlei, seja do basquete, seja do handebol e de outras modalidades, até paraolímpicas. Foi ali que nós costuramos transformar esse programa Boleiros em lei. Ontem, para nossa felicidade, como disse aqui o Deputado Julio Cesar, o Governador Rollemberg, que também é um esportista e um torcedor, se não me engano do botafogo do Rio de Janeiro, um sofredor, teve a felicidade de aprovar esse projeto de lei que dá mais condições a quem participa desse programa, desse projeto, do esporte amador como um todo no Distrito Federal, de ter mais estrutura. A partir de agora, o governo colocará no Orçamento, como é lei, todos os anos, os recursos para que essas modalidades esportivas, tão importantes para a inclusão social, para a socialização, para a saúde das pessoas, que esses recursos possam chegar, porque sabemos que havia muitas dificuldades. Eles viviam praticamente de emendas parlamentares e de favores. Muitos clubes, dirigentes de futebol, muita gente dependia de deputados, e muitos de forma até fisiológica se utilizavam da dificuldade que esses dirigentes de clubes tinham aproveitando-se disso inclusive para ganharem votos em época de eleição.

Agora, esse programa é uma política de Estado, independente de deputados, de governo, de qualquer pessoa, vai ter de chegar o recurso, como é na área de saúde, de educação, em todas as áreas. É uma grande felicidade, porque foi uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

luta de muitos anos que os dirigentes de futebol amador desta cidade buscavam. Felizmente, ontem, foi aprovado, é lei. Agora, esta Casa, nós Deputados, temos mais é de dialogar com o governo para que ele possa colocar recursos significativos, porque apoiando o esporte amador, essas modalidades todas, a gente acaba ajudando a diminuir a quantidade de jovens em presídios, a quantidade de jovens e adolescentes em hospitais, a quantidade de jovens e adolescentes nas drogas. Então, eu estou muito feliz e quero agradecer os Deputados Julio Cesar e Wasny de Roure que são coautores da lei comigo, mas realmente o Distrito Federal sai na frente com um projeto de lei que irá beneficiar muita gente nesta cidade. Era isso, Sra. Presidente, muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 995, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$250.000, 00".

A proposição recebeu 12 emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito o Relator, Deputado Agaciel Maia, que imita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 995, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$250.000, 00".

As emendas foram feitas todas obedecendo ao ordenamento jurídico, o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Portanto, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela admissibilidade e aprovação das referidas emendas. São doze emendas.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de registrar que apresentei, a pedido do Diretor Executivo do DER, uma emenda para recuperação da pista que vai para Brazlândia, que nasce ali no trevo de Taguatinga. Também outra emenda para a bienal deste ano em Brasília. Eu quero fazer aqui um apelo aos colegas Parlamentares que nos ajudem a viabilizar esse projeto da maior importância para Brasília. É um projeto que precisa do apoio dos colegas Parlamentares desta Casa.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão o Projeto de Lei nº 995, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Emenda Destacada nº 164, de autoria do Deputado Lira, que “pede cancelamento da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais) e suplementa na rubrica da Secretaria de Educação do Distrito Federal o mesmo valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais) para realização de eventos”.

Em discussão a Emenda Destacada nº 164. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários à emenda permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda foi rejeitada com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço aos nobres Deputados que mantenhamos o *quorum* porque daqui a pouco vamos votar a PELO nº 28. A gente precisa do *quorum* qualificado de 16 Parlamentares para aprovação. Não vão embora, Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item extrapauta nº 3:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.027, de 2016, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$7.810.188,00”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 996, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 3.495.291,00”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 abstenção, da Deputada Liliane Roriz.

Consulto os Líderes se há acordo para votar os requerimentos e as moções em bloco pelo processo nominal. (Pausa.)

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 175:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 330, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os policiais militares do 17º Batalhão de Polícia Militar pelo resgate de duas crianças abandonadas em casa pelos pais”.

Item nº 176:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 331, de 2016, de autoria da Frente Parlamentar Evangélica, que “manifesta repúdio à promoção da ideologia de gênero presente na ficha de inscrição do evento Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, realizado pela Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes e Juventude do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Item nº 177:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 337, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que trata de “moção de apoio e incentivo às atividades do Centro Obstétrico do Hospital Regional de Santa Maria, aos servidores da área de saúde do Distrito Federal e à Associação dos Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - ASPSES-DF”.

Item nº 178:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 338, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao Inova IN, Plano de Gestão da Imprensa Nacional”.

Item nº 179:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 339, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao Senhor Aldêmio Ogliari, autor do livro História do karatê”.

Item nº 180:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 340, de 2016, de autoria da Deputada Sandra Faraj e outros, que “manifesta apoio aos policiais e bombeiros militares eleitos ao cargo de conselheiros tutelares, no sentido de que o Governador considere ao exercício dos militares do cargo de conselheiros tutelar todos os direitos e vantagens pessoais, como se estivessem no exercício do seu cargo efetivo, conforme preceitua o art. 41 da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014”.

Item nº 181:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 341, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar e outros, que “manifesta votos de apoio incondicional ao exercício integral do mandato pelos Policiais e Bombeiros Militares eleitos conselheiros tutelares”.

Item nº 182:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.570, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública no dia 17 de maio de 2016, às 19h, sobre o Dia Internacional de Lutas contra a Endometriose, para discutir, com especialistas, suas formas de diagnóstico e tratamentos do âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 183:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.571, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater os problemas e necessidades das comunidades terapêuticas do DF, em 5 de abril de 2016, às 19h horas, no Plenário da Câmara Legislativa do DF”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Item nº 184:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.573, de 2016, de autoria da Comissão de Segurança, que “requer a realização de audiência pública para discussão do tema: Condições de segurança na atividade policial militar – viatura policial e cintos de guarnição no âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 185:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.586, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “requer a realização de audiência pública no dia 25 de abril de 2016, às 19h, no Residencial Paranoá Parque, para discutir a falta de infraestrutura e equipamentos públicos no setor”.

Item nº 186:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “requer a realização de audiência pública no dia 26 de abril de 2016 para debater sobre revitalização do Balneário Veredinha em Brazlândia/DF”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos e as moções; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016		DATA: 05/04/2016						
MOÇÕES Nº	330/2016, 331/2016, 337/2016, 338/2016, 339/2016, 340/2016, 341/2016							
REQUER Nº	1.570/2016, 1.571/2016, 1.573/2016, 1.586/2016, 1.591/2016							
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS	TURNO ÚNICO						
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	JUAREZÃO	PSB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
12	PROF. ISRAEL	PV				1		
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	S/ PART	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Estão aprovados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com base no art. 190 do Regimento Interno desta Casa, quero aqui pedir a retificação pela Mesa, nos três créditos que foram votados, de ausente para voto “sim”. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Retificando a votação: o Projeto de Lei nº 995, de 2016, foi aprovado com 18 Deputados; o Projeto de Lei 996, de 2016, foi aprovado com 21 Deputados e 1 abstenção; e o Projeto de Lei 1.027 foi aprovado com 18 Deputados.

Item nº 161:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 122, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “proíbe a criação de animais para extração de peles no território do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 122, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “proíbe a criação de animais para extração de peles no território do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu peço a V.Exa. que seja feita a leitura do Expediente sobre a mesa, com quatorze assinaturas de Deputados, que acabei de protocolar.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 162:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 572, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui o selo empresa amiga da terceira idade no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 572, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui o selo empresa amiga da terceira idade no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão do Item nº 160 na pauta da Ordem do Dia de hoje. É uma Emenda à Lei Orgânica, que está em segundo turno, de autoria do Deputado Ricardo Vale. Solicito que este projeto possa, também, ser apreciado antes de prosseguirmos nos próximos itens.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Vamos seguir a ordem, Deputado Wasny de Roure.

Item nº 163:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 914, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a isenção de taxas pela emissão de segunda via de documentos às vítimas de catástrofe natural no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



PROJETO DE LEI Nº 914/2012	DATA: 05/04/2016
AUTORIA: DEPUTADA LUZIA DE PAULA	
TURNO: 1º () 2º (X)	RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	JUAREZÃO	PSB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
12	PROF. ISRAEL	PV				1		
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	S/ PART	1					
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Item nº 164:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 422, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “inclui o Festival de Música Popular do Gama-FMPG no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Tramitação concluída. Foram apresentadas duas emendas na Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura deverá se manifestar sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, de antemão, faço um questionamento, porque as emendas são da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura só analisa a questão de mérito e ambas emendas são relativas à constitucionalidade do projeto. Eu particularmente não me sinto hábil para analisá-las, mas, como o autor da proposta, Deputado Deputado Wasny de Roure, está aqui do lado e me deu o aval para a aprovação, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, decido pela aprovação de ambas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 422, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final do Projeto de Lei nº 914, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 914, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a isenção de taxas pela emissão de segunda via de documentos às vítimas de catástrofe natural no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 166:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 607, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a proteção do consumidor, para exigir que utensílios para o acondicionamento de compras, como carrinhos e cestas, oferecidos pelos estabelecimentos comerciais destinados à distribuição de alimentos e bebidas, sejam higienizados com regularidade, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Item nº 165:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “institui diretrizes para o Programa de Atendimento Geriátrico nos hospitais e Centros de Saúde da rede pública do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, conforme combinado no Colégio de Líderes, hoje vamos aprovar um projeto de cada Deputado. Então, vamos começar a pular os itens para prestigiar todos os Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Item nº 170:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informação às gestantes sobre seus direitos previdenciários”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 04 2016	15h55min	25ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. a votação do segundo turno dos créditos para que o *quorum* não caia. Em seguida, continuaremos a sessão normal.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta, a apreciação dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 995, de 2016;
- Projeto de Lei nº 996, de 2016;
- Projeto de Lei nº 1.027, de 2016.
- Projeto de Lei nº 1.027, de 2016.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h20min.)